Prova de Contabilidade Pública Comentada
Auditor Municipal de Controle Interno
CGM Niterói-RJ – 2018

Pessoal, a seguir comentamos a prova de Contabilidade Pública aplicada para o cargo de Auditor Municipal de Controle Interno da CGM Niterói-RJ. A prova estava bem acessível, com exigências simples sobre as demonstrações contábeis aplicadas ao setor público e sobre alguns pontos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Não encontramos questão passível de recurso.

Bons estudos!

Gilmar Possati

prof.possati@gmail.com

Curta a nossa página e fique ligado(a) em todas as nossas atividades.

www.facebook.com.br/profgilmarpossati

Inscreva-se no nosso canal no YouTube: **Contabilizando** e fique antenado(a) com muitas dicas, análises, questões comentadas, promoções e muito mais.

Siga-me no **Instagram**: **@profgilmarpossati**

Sumário

1 – Questões Comentadas 3
2 – Lista das Questões 10
3 – Gabarito 14

1 – QUESTÕES COMENTADAS

1. (FGV/Auditor Municipal de Controle Interno/CGM-Niterói/2018)

Uma entidade pública apresentava, em 31/12/2017, os seguintes saldos:

Receita corrente prevista:	R$ 50.000;
Receita corrente arrecadada:	R$ 45.000;
Receita de capital prevista:	R$ 20.000;
Receita de capital arrecadada:	R$ 16.000;
Despesa corrente fixada:	R$ 30.000;
Despesa corrente empenhada:	R$ 29.000;
Despesa corrente paga:	R$ 29.000;
Despesa corrente liquidada:	R$ 28.000;
Despesa de capital fixada:	R$ 10.000;
Despesa de capital empenhada:	R$ 8.000;
Despesa de capital liquidada:	R$ 7.000;
Despesa de capital paga:	R$ 6.000.

O resultado orçamentário geral da entidade apresenta um superávit de

(A) R$ 9.000.
(B) R$ 13.000.
(C) R$ 24.000.
(D) R$ 30.000.
(E) R$ 41.000.

Comentários

Para encontrar o resultado orçamentário temos que confrontar o total da receita executada (arrecadada) com o total da despesa executada (empenhada).

Receita Arrecadada = 45.000 + 16.000 → 61.000

Despesa Empenhada = 29.000 + 8.000 → 37.000

Resultado Orçamentário = 61.000 – 37.000 → **24.000**

Gabarito: C

2. (FGV/Auditor Municipal de Controle Interno/CGM-Niterói/2018)
Uma entidade pública apresentava os seguintes saldos, referentes ao exercício de 2017.

Previsão das receitas correntes:	R$ 800.000;
Receitas correntes realizadas:	R$ 500.000;
Dotação das despesas correntes:	R$ 600.000;
Despesas correntes empenhadas:	R$ 400.000;
Inscrição de restos a pagar, em 31/12/2017:	R$ 100.000;
Pagamento de restos a pagar não processados:	R$ 60.000.

Assinale a opção que indica o resultado financeiro da entidade, no exercício de 2017.
(A) R$ 40.000.
(B) R$ 100.000.
(C) R$ 140.000.
(D) R$ 200.000.
(E) R$ 240.000.

Comentários

Para encontrar o resultado financeiro temos que confrontar o total dos ingressos (orçamentários e extraorçamentários) com o total dos dispêndios (orçamentários e extraorçamentários).

Ingressos = 500.000 + 100.000 (inscrição RP) → 600.000

Dispêndios = 400.000 + 60.000 (pagamento RP) → 460.000

Resultado Financeiro = 600.000 – 460.000 → **140.000**

Gabarito: C

---

3. (FGV/Auditor Municipal de Controle Interno/CGM-Niterói/2018)
No balanço patrimonial de uma entidade do setor público, os atos da administração, com potencial de modificar o patrimônio, devem ser registrados
(A) no ativo.
(B) no passivo.
(C) no resultado.
(D) no patrimônio líquido.
(E) nas contas de compensação.

Comentários

Segundo o art. 105 da Lei nº 4.320/64,

> *Art. 105. O Balanço Patrimonial demonstrará:*
>
> *I - O Ativo Financeiro;*
>
> *II - O Ativo Permanente;*
>
> *III - O Passivo Financeiro;*
>
> *IV - O Passivo Permanente;*
>
> *V - O Saldo Patrimonial;*
>
> *VI - **As Contas de Compensação**.*
>
> *[...]*
>
> *§ 5º **Nas contas de compensação serão registrados os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, imediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio**.*

Gabarito: E

---

4. (FGV/Auditor Municipal de Controle Interno/CGM-Niterói/2018)

Entre as demonstrações contábeis das entidades definidas no campo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público está a Demonstração das Variações Patrimoniais.

As Variações Patrimoniais podem ser classificadas como

(A) qualitativas e quantitativas.

(B) diretas e indiretas.

(C) monetárias e não monetárias.

(D) correntes e de capital.

(E) orçamentárias e extraorçamentárias.

Comentários

Segundo a NBC T 16.6,

> *A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.*

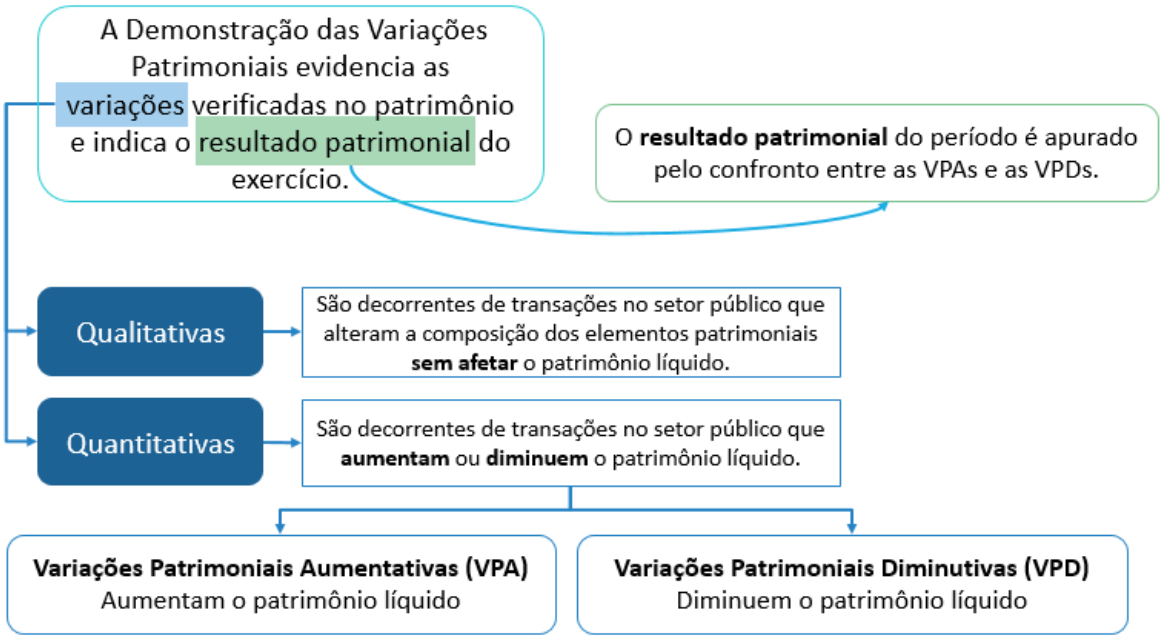
Ainda segundo a NBC T 16.6, para fins de apresentação na DVP, as variações devem ser segregadas em **quantitativas** e **qualitativas**.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

As variações qualitativas, por sua vez, são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

Por fim, a NBC T 16.6 destaca que **o resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas**.

Esquematicamente, temos:



Gabarito: A

---

5. (FGV/Auditor Municipal de Controle Interno/CGM-Niterói/2018)

A Lei de Diretrizes Orçamentárias deve conter o Anexo de Riscos Fiscais. Sobre o Anexo de Riscos Fiscais, assinale a afirmativa correta.

(A) Estabelece as metas anuais, em valores correntes e constantes, para o exercício a que se referir e para os dois seguintes.

(B) Acompanha a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.

(C) Contém a evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

(D) Apresenta a avaliação dos passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas e informando as providências a serem tomadas caso se concretizem.

(E) Expõe o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Comentários

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal,

> *§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias conterá* ***Anexo de Riscos Fiscais****, **onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem**.*

As opções “A”, “B”, “C” e “E” referem-se ao Anexo de Metas Fiscais.

Gabarito: D

---

6. (FGV/Auditor Municipal de Controle Interno/CGM-Niterói/2018)
Em determinado período, foi verificado que a realização da receita não iria comportar o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais de uma entidade do setor público. Como consequência, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias, os Poderes e o Ministério Público promoveram limitação de empenho e movimentação financeira, nos trinta dias subsequentes. De acordo com a Lei da Responsabilidade Fiscal, a limitação não alcança as despesas destinadas
(A) ao pagamento do serviço da dívida.
(B) ao pagamento de obras já iniciadas.
(C) aos serviços de saneamento básico.
(D) à realização de concurso público relacionado à saúde.
(E) à realização de concurso público relacionado à segurança.

Comentários

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal,

> *Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.*
>
> *§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.*
>
> *§ 2º **Não serão objeto de limitação as despesas** que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas **destinadas ao pagamento do serviço da dívida**, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.*

Pessoal, a dica é: para pagar a dívida pode!

Gabarito: A

---

7. (FGV/Auditor Municipal de Controle Interno/CGM-Niterói/2018)
O Estado do Rio de Janeiro aluga as vagas do estacionamento da Universidade do Estado para pessoas alheias à Universidade, aos domingos. A receita auferida deve ser classificada em Receita Corrente Líquida, como
(A) receita de contribuições.
(B) receita patrimonial.
(C) receita de serviços.
(D) outra receita operacional.
(E) transferência corrente.

Comentários

As receitas de aluguéis são classificadas como receita corrente patrimonial, a qual entrará no cômputo da receita corrente líquida.

Gabarito: B

8. (FGV/Auditor Municipal de Controle Interno/CGM-Niterói/2018)
A Lei de Responsabilidade Fiscal indica os valores que devem ser considerados na determinação da Receita Corrente Líquida. As opções a seguir relacionam esses valores, à exceção de uma. Assinale-a.
(A) O dividendo recebido de empresas investidas.
(B) O cancelamento de restos a pagar.
(C) A contribuição de melhoria.
(D) A receita da agropecuária.
(E) O imposto sobre a renda retido na fonte.

Comentários

O dividendo recebido de empresas investidas é classificado como receita corrente patrimonial. A contribuição de melhoria e o imposto sobre a renda retido na fonte são classificados como receita corrente tributária. A receita agropecuária também é uma receita corrente.

Gabarito: B

9. (FGV/Auditor Municipal de Controle Interno/CGM-Niterói/2018)
O Relatório de Gestão Fiscal é um dos instrumentos definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal para transparência da gestão fiscal. Sobre o Relatório de Gestão Fiscal, assinale a afirmativa correta.
(A) É emitido anualmente.
(B) É de acesso restrito para o público em geral.
(C) É publicado até noventa dias após o encerramento do período a que corresponder.
(D) Contém indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassado qualquer dos limites estabelecidos.
(E) Compara os limites de que trata a lei do montante da despesa total com pessoal, sem distinção entre inativos e pensionistas.

Comentários

Vamos analisar as assertivas.

a. **Errado**. Segundo a LRF, o RGF será publicado **até 30 dias após o encerramento de cada quadrimestre**.

b. **Errado**. O objetivo do Relatório é dar **transparência à gestão fiscal** do titular do Poder/órgão realizada no período, principalmente por meio da verificação do cumprimento dos limites. Logo, para atingir esse objetivo é claro que ele deve ser de acesso amplo ao público em geral.

c. **Errado**. Segundo a LRF, o RGF será publicado **até 30 dias após o encerramento de cada quadrimestre**.

d. **Certo**. O RGF é um demonstrativo fiscal que evidencia se os Poderes/órgãos estão dentro dos **limites** de despesa com pessoal, de dívida consolidada e mobiliária, de concessão de garantia e de operações de crédito.

Indica, ainda, as **medidas corretivas** caso esses limites tenham sido ultrapassados.

e. **Errado**. O RGF conterá demonstrativos comparativos com os **limites** de que trata a LRF, dos seguintes montantes:

a) despesa total com pessoal, **evidenciando as despesas com ativos, inativos e pensionistas**;

b) dívida consolidada;

c) concessão de garantias e contragarantias; e

d) operações de crédito.

Gabarito: D

---

10. (FGV/Auditor Municipal de Controle Interno/CGM-Niterói/2018)

A opção pela divulgação semestral do Relatório de Gestão Fiscal é facultada

(A) ao Distrito Federal.
(B) aos Estados do Amapá e de Roraima.
(C) aos Estados sob intervenção federal.
(D) aos Municípios que não são capitais.
(E) aos Municípios com população inferior à 50.000 habitantes.

Comentários

A LRF concede a opção aos Municípios com população inferior a 50 mil habitantes divulgar o RGF semestralmente.

Gabarito: E

2 – Lista das Questões

1. (FGV/Auditor Municipal de Controle Interno/CGM-Niterói/2018)
Uma entidade pública apresentava, em 31/12/2017, os seguintes saldos:

Receita corrente prevista:	R$ 50.000;
Receita corrente arrecadada:	R$ 45.000;
Receita de capital prevista:	R$ 20.000;
Receita de capital arrecadada:	R$ 16.000;
Despesa corrente fixada:	R$ 30.000;
Despesa corrente empenhada:	R$ 29.000;
Despesa corrente paga:	R$ 29.000;
Despesa corrente liquidada:	R$ 28.000;
Despesa de capital fixada:	R$ 10.000;
Despesa de capital empenhada:	R$ 8.000;
Despesa de capital liquidada:	R$ 7.000;
Despesa de capital paga:	R$ 6.000.

O resultado orçamentário geral da entidade apresenta um superávit de
(A) R$ 9.000.
(B) R$ 13.000.
(C) R$ 24.000.
(D) R$ 30.000.
(E) R$ 41.000.

2. (FGV/Auditor Municipal de Controle Interno/CGM-Niterói/2018)
Uma entidade pública apresentava os seguintes saldos, referentes ao exercício de 2017.

Previsão das receitas correntes:	R$ 800.000;
Receitas correntes realizadas:	R$ 500.000;
Dotação das despesas correntes:	R$ 600.000;
Despesas correntes empenhadas:	R$ 400.000;
Inscrição de restos a pagar, em 31/12/2017:	R$ 100.000;
Pagamento de restos a pagar não processados:	R$ 60.000.

Assinale a opção que indica o resultado financeiro da entidade, no exercício de 2017.
(A) R$ 40.000.

(B) R$ 100.000.
(C) R$ 140.000.
(D) R$ 200.000.
(E) R$ 240.000.

3. (FGV/Auditor Municipal de Controle Interno/CGM-Niterói/2018)
No balanço patrimonial de uma entidade do setor público, os atos da administração, com potencial de modificar o patrimônio, devem ser registrados
(A) no ativo.
(B) no passivo.
(C) no resultado.
(D) no patrimônio líquido.
(E) nas contas de compensação.

4. (FGV/Auditor Municipal de Controle Interno/CGM-Niterói/2018)
Entre as demonstrações contábeis das entidades definidas no campo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público está a Demonstração das Variações Patrimoniais.
As Variações Patrimoniais podem ser classificadas como
(A) qualitativas e quantitativas.
(B) diretas e indiretas.
(C) monetárias e não monetárias.
(D) correntes e de capital.
(E) orçamentárias e extraorçamentárias.

5. (FGV/Auditor Municipal de Controle Interno/CGM-Niterói/2018)
A Lei de Diretrizes Orçamentárias deve conter o Anexo de Riscos Fiscais. Sobre o Anexo de Riscos Fiscais, assinale a afirmativa correta.
(A) Estabelece as metas anuais, em valores correntes e constantes, para o exercício a que se referir e para os dois seguintes.
(B) Acompanha a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.
(C) Contém a evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.
(D) Apresenta a avaliação dos passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas e informando as providências a serem tomadas caso se concretizem.
(E) Expõe o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

6. (FGV/Auditor Municipal de Controle Interno/CGM-Niterói/2018)
Em determinado período, foi verificado que a realização da receita não iria comportar o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais de uma entidade do setor público. Como consequência, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias, os Poderes e o Ministério Público promoveram limitação de empenho e

movimentação financeira, nos trinta dias subsequentes. De acordo com a Lei da Responsabilidade Fiscal, a limitação não alcança as despesas destinadas
(A) ao pagamento do serviço da dívida.
(B) ao pagamento de obras já iniciadas.
(C) aos serviços de saneamento básico.
(D) à realização de concurso público relacionado à saúde.
(E) à realização de concurso público relacionado à segurança.

7. (FGV/Auditor Municipal de Controle Interno/CGM-Niterói/2018)
O Estado do Rio de Janeiro aluga as vagas do estacionamento da Universidade do Estado para pessoas alheias à Universidade, aos domingos. A receita auferida deve ser classificada em Receita Corrente Líquida, como
(A) receita de contribuições.
(B) receita patrimonial.
(C) receita de serviços.
(D) outra receita operacional.
(E) transferência corrente.

8. (FGV/Auditor Municipal de Controle Interno/CGM-Niterói/2018)
A Lei de Responsabilidade Fiscal indica os valores que devem ser considerados na determinação da Receita Corrente Líquida. As opções a seguir relacionam esses valores, à exceção de uma. Assinale-a.
(A) O dividendo recebido de empresas investidas.
(B) O cancelamento de restos a pagar.
(C) A contribuição de melhoria.
(D) A receita da agropecuária.
(E) O imposto sobre a renda retido na fonte.

9. (FGV/Auditor Municipal de Controle Interno/CGM-Niterói/2018)
O Relatório de Gestão Fiscal é um dos instrumentos definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal para transparência da gestão fiscal. Sobre o Relatório de Gestão Fiscal, assinale a afirmativa correta.
(A) É emitido anualmente.
(B) É de acesso restrito para o público em geral.
(C) É publicado até noventa dias após o encerramento do período a que corresponder.
(D) Contém indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassado qualquer dos limites estabelecidos.
(E) Compara os limites de que trata a lei do montante da despesa total com pessoal, sem distinção entre inativos e pensionistas.

10. (FGV/Auditor Municipal de Controle Interno/CGM-Niterói/2018)
A opção pela divulgação semestral do Relatório de Gestão Fiscal é facultada
(A) ao Distrito Federal.

(B) aos Estados do Amapá e de Roraima.
(C) aos Estados sob intervenção federal.
(D) aos Municípios que não são capitais.
(E) aos Municípios com população inferior à 50.000 habitantes.

3 – GABARITO

1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.
C	C	E	A	D	A	B	B	D	E